



2011

**Informe
Anual**

ceg

gasNatural 
fenosa

2011

**Informe
Anual**

ceg

gasNatural 
fenosa



Sumário

Carta do Presidente do Conselho de Administração – Ceg	4
Mensagem do Presidente e do Country Manager	6
Conselho de Administração	8
Comitê de Direção	9
1. Cenário Macroeconômico e Energético	10
2. Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina	12
3. Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de Investimentos	14
4. Evolução da Atividade da Ceg	15
5. Atividade Comercial	16
6. Serviço a Clientes	19
7. Atividade Técnica	22
8. Recursos Investidos	26
9. Sumário Financeiro	27
10. Remuneração aos Acionistas	29
11. Financiamentos	30
12. Acionistas	31
13. Panorama Tributário	32
14. Responsabilidade Social Corporativa	33
15. Relacionamento com a Sociedade	36
Demonstrações Financeiras	39

Carta do Presidente do Conselho de Administração | Ceg

Sergio Aranda

Presidente do Conselho de Administração



Mesmo enfrentando um cenário adverso, surpreendido pela dimensão da crise econômica internacional, o Brasil conseguiu um bom resultado econômico no ano passado e manteve sua trajetória de crescimento.

Embora o aumento do produto interno bruto (PIB) tenha sido de 2,7% – menor do que o esperado – o governo brasileiro manteve o tom otimista e já prevê, para 2012, chegar próximo a 3,3%.

Da mesma forma, ainda que atingido mais diretamente pela crise europeia, o Grupo Gas Natural Fenosa também conseguiu resultados importantes, com a redução substancial de sua dívida, a manutenção do desenvolvimento contínuo do negócio e o aumento da atividade na América Latina. O grupo se apresentou, em 2010, entre as *utilities* europeias, como a de melhor valorização de ações de energia na bolsa.

No Brasil, o resultado das empresas da Gas Natural Fenosa também foi positivo, com incremento líquido de 24.360 novos clientes, um total de 841.360 consumidores e 6.136 km de extensão de rede, resultados possíveis graças a investimentos realizados no valor de R\$ 153,8 milhões. As vendas totais das empresas brasileiras do grupo em 2011 chegaram a 4,5 bilhões de metros cúbicos/ano.

Na Ceg, o ano de 2011 manteve os índices financeiros em equilíbrio com os anos anteriores, registrando lucro líquido de R\$ 251.667,00, que supera em 9,4% o de 2010. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 2.304.053,00, o que representou um aumento de 1,79%, com relação ao período anterior.

O Lajida, de R\$ 539.469,00, superou em 6,16% o obtido em 2010. Esse resultado se deveu à redução dos custos operativos e ao aumento da margem de gás, mas demonstra, acima de tudo, as escolhas acertadas no direcionamento dos negócios da Companhia, as quais permitiram a manutenção do crescimento médio anual desse indicativo em torno dos 10,92%, nos últimos seis anos.

Como remuneração aos acionistas, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 239.084,00, sendo R\$ 42.566,00 a título de juros

sobre o capital próprio e R\$ 196.518,00 sob a forma de dividendos, valores que somados representam 100% do lucro líquido do ano, deduzida a reserva legal.

O número de clientes da Companhia cresceu 3%, e a Ceg fechou o ano com o total de 777.757 clientes. As vendas médias diárias totais atingiram 6.623,4 mil metros cúbicos e as vendas de gás convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram acréscimo de 0,3% em relação ao mesmo período de 2010.

Dos mais de R\$ 110 milhões investidos pela Companhia em 2011, R\$ 56,8 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 45,5 milhões foram usados no programa de expansão. Esses valores, em comparação com o exercício anterior, cujo total de investimento foi em torno de R\$ 75 milhões, representam quase o dobro (47%) do nível de investimentos e a razão principal desse acréscimo se deveu, principalmente, ao reforço do projeto de conservação e renovação das redes de gás do Rio de Janeiro. Esse trabalho concentrou cerca de 50% dos investimentos, e teve repercussão importante junto à população, já que renovou as antigas redes da cidade, substituindo 42.590 metros de tubulação e 1.027 ramais.

Paralelo a isso, a Ceg iniciou a coordenação, junto a outras Concessionárias e a órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, de um grupo de trabalho que está mapeando as redes de utilidades existentes no subsolo da cidade, com o objetivo de criar um sistema que vai proporcionar mais segurança na construção, manutenção e controle do mesmo.

Ações como essa, que acentuam a participação da Companhia na rotina da vida da cidade, vieram reforçar a imagem da Ceg e agregar valor à sua imagem de empresa participativa nas questões que atingem o Rio de Janeiro. Esse fato se revestiu de mais importância em 2011, quando ocorreu a mudança da marca da Ceg, que incorporou ao seu nome o da Gas Natural Fenosa.

Por seu desempenho ao longo de 2011 e também por toda sua trajetória firme nos últimos anos, de tanta turbulência econômica, a Ceg é hoje um dos grandes motivos de orgulho entre as empresas do Grupo. A conquista dessa posição de destaque passa, certamente, pela capacidade e valor profissional de sua grande equipe, a quem agradeço sinceramente.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial a nossos acionistas, clientes e colaboradores, por toda a confiança e incentivo; e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo apoio recebido.

Muito obrigado.

Mensagem do Presidente e do Country Manager



Bruno Armbrust

Presidente
Gas Natural Fenosa Brasil



Antoni Almela

Country Manager
Grupo Gas Natural Fenosa

É com satisfação que apresentamos o Informe Anual da Ceg. Os indicadores deste documento revelam que os planos, objetivos e decisões tomados ao longo do exercício se converteram em mais um ano de resultados positivos, não só no âmbito financeiro, como também na gestão do negócio.

Os investimentos somados no ano chegam a R\$ 110 milhões, 47,1% a mais do efetuado em 2010. Grande parte foi direcionado ao sistema de distribuição de gás, na modernização não só de seus dutos, mas também na troca de válvulas, reguladores e ramais.

A empresa também realizou investimentos expressivos em obras de infraestrutura, sobretudo na ampliação e otimização das redes de distribuição. Para atender às demandas dos diversos mercados, a Companhia instalou 82 km de novas redes, o que fez com que a malha de distribuição de gás da empresa passasse a ter 3,9 mil km de extensão.

A Companhia também registrou um incremento líquido de 19.248 clientes, considerando todos os seguimentos do mercado, 63,6% a mais do que o alcançado no exercício anterior, cujo incremento líquido foi de 11.770, chegando ao final de 2011 com uma carteira de quase 778 mil clientes.

Todo o crescimento esteve acompanhado da melhoria na qualidade do serviço. A Companhia verificou queda de 43% do volume de reclamações e o índice de satisfação do consumidor com o serviço prestado no período foi de 86,3%. A melhora desses indicadores se converteu em reconhecimento externo. Ao longo do ano, a Ceg recebeu 11 premiações, todas elas relacionadas às melhores práticas de serviço ao consumidor.

Na contramão do desempenho nacional, cujo volume de vendas do gás natural veicular (GNV) no ano caiu 1,7% em relação a 2010, o Rio foi o único estado do país que registrou crescimento. Teve alta de 0,3%. Esse resultado também é fruto da crença da Companhia no potencial de crescimento do GNV no Rio.

Ano a ano, a Ceg investe em campanhas informativas e na ampliação de sua rede para atender a novos postos de combustíveis situados na área de concessão.

Mas o ano não foi só de indicadores positivos. Também trouxe momentos de reflexão e amadurecimento, no qual a empresa precisou rever seus planos e fixar objetivos com um horizonte estratégico.

Apesar da Ceg ser reconhecidamente uma das distribuidoras de gás que mais investiu em infraestrutura nos últimos 14 anos, sobretudo na modernização de mais de 915 km da rede de distribuição de gás da cidade, entendeu que era preciso fazer ainda mais. Por isso, se comprometeu em antecipar o seu cronograma de obras e concluir, num prazo de até 12 meses, a renovação da rede de gás no Centro da Cidade e de Copacabana.

Um trabalho no qual a Ceg não está medindo esforços nem recursos para que seja concluído no prazo acordado e para que o sistema de abastecimento de gás canalizado continue a contar com a confiança e o respeito da população.

Nesse sentido, não podemos deixar de agradecer o apoio do Governo do Estado e do Município. Graças a essas parcerias, conseguimos avançar não só no andamento de nossas obras, como também na coordenação do grupo de trabalho que em breve implementará o sistema de mapeamento digital integrado do subsolo do Rio, que será a primeira cidade do país a dispor desse tipo de tecnologia.

A Companhia também buscou dar uma contribuição positiva para a cidade, apoiando uma série de iniciativas, cujo foco prioritário foi a Educação. Um dos projetos apoiados foi o "Futuro no Meu Jardim", apresentado em 60 escolas públicas e privadas, com o objetivo de sensibilizar alunos de 9 a 14 anos sobre a importância da consciência ambiental, do consumo consciente e do impacto ambiental das principais fontes de energia.

Para finalizar, queremos registrar nosso agradecimento pela confiança de nossos acionistas, clientes, fornecedores e todos os funcionários e colaboradores da Ceg que demonstraram capacidade de se adaptar com agilidade às mudanças do entorno, sem perder o foco no cliente, na qualidade, na rentabilidade e no crescimento.

Conselho de Administração

Sergio Manuel Aranda Moreno

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Narcis de Carreras Roques

Francesc Solbes Pons

Juan Manuel Otoyá Rojas

Ewald Possolo Correa da Veiga

José Pais Rangel

Ivan Magalhães Junior

Cláudio Barbosa da Rocha

Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Antoni Almela Casanova
Diretor Geral

Katia Brito Repsold
Serviço a Clientes

Eduardo Cardenal Rivera
Área Comercial

José Maria Margalef Badenas
Área Técnica

Ignácio Pascual
Planejamento, Ingressos e Regulação

Jorge Henrique da Silva Baeta
Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Jordi Gutierrez
Serviços Compartidos

Fernando Cezar dos Santos Camilo
Recursos Humanos

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Gilberto Guimarães Rosa da Silva
Controle de Gestão

Mario Nevares
Organização e Qualidade

Marcelo Medeiros Maia Braga
Informática

Ana Carolina Almeida
Auditoria Interna

1

Cenário Macroeconômico e Energético

Com o agravamento da crise na União Europeia e a fraca perspectiva de crescimento nos Estados Unidos, a solidez da economia brasileira vem atraindo cada vez mais o investidor estrangeiro. Em 2011, as três maiores agências mundiais de risco elevaram a nota do Brasil, ao mesmo tempo em que reduziram a de diversos países europeus e dos Estados Unidos – que permanecia inalterada no nível máximo desde 1941.

Em 2011, o Brasil foi a sexta maior economia do mundo depois de ultrapassar a Grã-Bretanha. No terceiro trimestre deste ano, porém, o PIB brasileiro ficou estagnado, depois que o consumo das famílias e a indústria tiveram ligeira queda, fechando o ano com um crescimento de 2,7%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2011 encerrou o ano no teto da meta do governo, 6,50%, por conta, principalmente, do aumento dos preços das *commodities*.

No acumulado do ano, o dólar experimentou uma valorização de 12,15%, a maior desde 2008, ano da crise financeira internacional, fechando a taxa de câmbio em R\$ 1,8685 para venda.

O preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou 2011 em US\$ 2,98/MMBtu, valor bem inferior à média de 2010 (US\$ 4,38/MMBtu).

O gás natural tem se tornado, cada vez mais, um energético estratégico, representando 21% da matriz energética mundial. No Brasil, apesar das reservas abundantes, esse percentual é de 9%. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), o gás natural deve atingir, até 2035, um quarto da demanda de energia do mundo.

Atualmente, já existe uma grande produção de gás natural no Brasil, e perspectivas concretas de aumento significativo desse volume com as descobertas do pré-sal. Há ainda uma enorme demanda para consumo industrial como matéria-prima do processo de produção.

A produção de gás e de petróleo, em 2011, foi a maior já registrada no Brasil, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Segundo a agência, foram produzidos 768 milhões de barris de petróleo e 24 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Isso representa um aumento de 2,5% na produção de petróleo e de 4,9% na de gás natural, em relação ao ano anterior. Em 2011, houve redução de 27% na prática de queima do

gás, em relação ao ano anterior. Em média, foram queimados 4,8 milhões de metros cúbicos por dia, contra a média de 6,6 milhões em 2010.

O volume diário de gás natural consumido pelas distribuidoras brasileiras foi de 47,6 milhões de metros cúbicos/dia, 4% abaixo do volume registrado no ano anterior. Essa redução foi provocada pelo menor consumo termoelétrico, uma vez que o maior nível dos reservatórios das hidroelétricas diminuiu o acionamento das térmicas a gás natural, que registraram um consumo 37% inferior ao consumido em 2010. Entretanto, o segmento de cogeração apresentou um aumento de 3,1% no consumo de gás natural.

Já com relação à indústria, com a retomada da produção, o setor industrial apresentou acréscimo de 9,8% no consumo de gás natural, aproximadamente o mesmo percentual alcançado pelo segmento residencial no período, porém, como a demanda residencial representa menos que 2% da demanda total, este resultado teve pouco impacto sobre o somatório final. No mercado comercial, houve acréscimo de 8,6% no consumo de 2011 ante 2010, enquanto o consumo automotivo teve baixa de 1,7%.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas ainda não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com, aproximadamente, 21 mil km de rede de distribuição e mais de 2 milhões de clientes de gás natural.

No que se refere à energia elétrica, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foram consumidos, em 2011, 430,1 mil GWh de eletricidade, 3,6% a mais do que em 2010. Esse crescimento, contudo, é praticamente a metade do verificado em 2010, quando a economia teve expansão de 7,5% e o consumo de energia subiu 7,8%. O crescimento do consumo de energia foi motivado principalmente pela atividade do comércio, seguido pelo consumo das famílias.

Os leilões de energia realizados neste ano fecharam a contratação de cerca de 5,1GW em potência instalada. Por um lado, houve a surpresa positiva da energia eólica, que viabilizou 2,9 GW, o equivalente a 56,7% das usinas contratadas no ano. Em contraponto, houve uma freada brusca no desenvolvimento de hidrelétricas. Se em 2010 foram licitados projetos de grande porte, como Belo Monte e Teles Pires, em 2011 tudo ficou somente na expectativa, devido principalmente a problemas na obtenção de licença ambiental, respondendo apenas por cerca de 10% da contratação do ano. Por sua vez, as usinas a gás voltaram a participar dos leilões e conseguiram viabilizar 1.029 MW, através dos projetos da Petrobras e MPX, que produzem o próprio combustível.

Segundo o *Renewable energy country attractiveness indices, ranking* trimestral elaborado pela Ernst & Young, o Brasil figura, pela primeira vez, entre os dez países mais atrativos para receber investimentos em energias renováveis.

2

Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina

A Ceg é operada pela Gas Natural Fenosa – grupo multinacional de serviços de gás e eletricidade, presente em 24 países e com mais de 20 milhões de clientes.

O Grupo entrou para o mercado de eletricidade em 2010, após concluir sua fusão com a Union Fenosa. Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Trata-se da maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha e América Latina, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica e primeira distribuidora de gás da América Latina. Com uma frota de 10 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural, na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm.

Em seu plano estratégico 2010-2014, estabelece duas fases diferenciadas: até 2012 a companhia terá como foco o fortalecimento do balanço, na otimização para consecução de sinergias e crescimento orgânico.

Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados-chave, mantendo a solidez financeira.

O plano prevê manter a América Latina como um pilar chave dentro do grupo.

Presença no mundo: 24 países e mais de 20 milhões de clientes

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade, desenvolve atividades de geração elétrica, de regaseificação e exploração. Na França, Bélgica e Luxemburgo, realiza atividades de comercialização de gás; e, na Itália, distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Sua atividade em Portugal inclui comercialização de gás e eletricidade e, ainda, projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e Brasil, distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e geração elétrica e distribuição de gás no México. Em Porto Rico, atua nos mercados de geração elétrica e operação de uma planta de regaseificação.

A Companhia realiza distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia, gera e distribui eletricidade no Panamá e participa no negócio de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração.

No Sul da África conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e operação do gasotudo Magreb-Europa. Além disso, a Gas Natural Fenosa participa em duas plantas de liquefação, no Egito e Omán, conta com carteira de projetos eólicos na Austrália, e tem projetos de upstream em Angola.

Adicionalmente, a Gas Natural Fenosa mantém relações comerciais de compra e venda de gás em vários países, entre os quais se destaca a Argélia, localidade em que se encontra parte do gasoduto Magreb-Europa.



3

Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos

A Gas Natural Fenosa registrou mais um ano de relevante crescimento no Brasil, com a realização de R\$ 153,8 milhões em investimentos tanto no negócio não regulado (venda de equipamentos e prestação de serviços) quanto no negócio regulado (distribuição de gás). Desde 1997, a Gas Natural Fenosa já contabiliza mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à criação de infraestrutura para ampliação da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Ceg, a Ceg Rio e a Gas Natural SPS registraram um incremento líquido de 24.360 novos clientes e passaram a contar com um total de 841.360 consumidores e uma rede de 6.136 km de extensão. O projeto de expansão contemplou os municípios Itatiaia e Teresópolis, no Rio de Janeiro. No município de Teresópolis, o gás natural é oriundo de uma estação de descompressão de gás natural comprimido – GNC, e, em Itatiaia, foi construído gasoduto de 8,5 quilômetros de rede em polietileno.

Em São Paulo, a Gas Natural SPS passou a abastecer clientes residenciais e comerciais no município de Alumínio que, até então, só possuía clientes industriais.

No segmento industrial, o Grupo assinou novos contratos de fornecimento, com destaque para o contrato com a CSA, em Itaguaí, a Nestlé, em Três Rios, e a Toyota, em Sorocaba.

A Gas Natural Serviços – que atua na área de negócio não regulado – implantou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás e conseguiu comercializar mais de 5 mil aparelhos, já no primeiro ano de atividade. A empresa também fechou contratos com a Vital Brasil, CasaShopping e INT, para implantação de sistemas de Geração; com o Shopping Via Parque, para ampliação da planta de Geração; e com o Centro Comercial Polo I, para instalação de sistema de Climatização.

O serviço de atendimento ao cliente da Gas Natural Fenosa teve, em 2011, o reconhecimento externo por meio de 11 premiações. A empresa recebeu o Prêmio ABT, primeiro lugar nas categorias Atendimento Técnico, Campanhas de Comunicação, Multicanal e Serviço de Atendimento ao Público (SAP). O prêmio tem como correalizadores o Centro de Estudos da Comunicação com o Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, e o Instituto de Marketing e Relacionamento com o Cliente.

4

Evolução da Atividade da Ceg

CLIENTES CAPTADOS NO ANO: As altas por gestão comercial acumuladas totalizaram 32.809 clientes, sendo 32.262 residenciais, 520 comerciais, 16 industriais, 1 de geração elétrica e 10 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial, as captações foram 54,2% superiores às do mesmo período de 2010.

INCREMENTO LÍQUIDO E TOTAL DE CLIENTES: No período, houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 19.248 clientes, número 63,5% superior ao incremento do ano passado, que correspondeu a 11.770. O número total de clientes da companhia soma 777.757 clientes.

VENDAS: As vendas médias diárias totais atingiram 6.623,4 mil metros cúbicos. As vendas de gás convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram acréscimo de 0,3% em relação ao mesmo período de 2010. As vendas para geração elétrica foram 52,3% menores em relação ao mesmo período de 2010.

INVESTIMENTOS: Foram investidos R\$ 110.329,00, de janeiro até dezembro de 2011, valor 47,1% superior ao mesmo período do ano passado. A maior parte dos investimentos – 50,6% – foi direcionada para a conversão e renovação da rede. Expansões e instalações de redes representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos.

ATIVIDADE OPERACIONAL: Teleatendimento – Foram recebidas 580.708 chamadas, de janeiro até dezembro de 2011, número 4,9% superior ao total de chamadas do mesmo período do ano passado. O percentual de chamadas abandonadas foi de 7,3%.

Atividade Comercial

Dezessete municípios atendidos com o gás natural canalizado

Em 2011, a Ceg atingiu o total de 777.757 clientes, o que representou um aumento de 3% em comparação com o exercício anterior, e um incremento líquido de 19.248 clientes usuários em toda a área de concessão. Para atender a essa demanda, foram instalados 82 km de novas redes, o que permitiu à Ceg fechar o ano com um total de 3,9 mil km de extensão.

Número de Clientes	2011	2010	Variação
Residencial	766.472	747.269	3%
Comercial	10.511	10.477	0,3%
Industrial	334	330	1,2%
Geração Elétrica	3	2	50%
Postos GNV	437	431	1,4%
Total	777.757	758.509	3%

O desenvolvimento da atividade comercial foi realizado em 17 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Maricá. Em Maricá, o atendimento é feito por meio do sistema de gás comprimido (GNC). O município de Japerí já possui rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ter início, quando passarão a 18 os municípios abastecidos com gás natural.

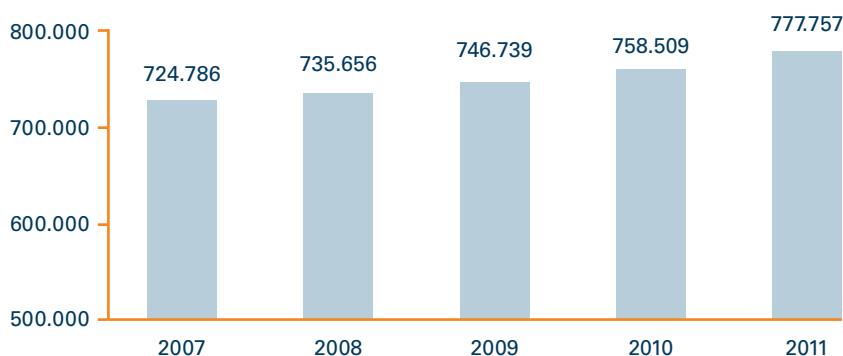
No município do Rio de Janeiro já são mais de 766 mil clientes residenciais atendidos. Na região de São Gonçalo e Niterói o número chega a 40.756, e nos municípios que compõem a Baixada Fluminense a Ceg já fornece gás natural para 7.872 clientes residenciais.

O Projeto Minha Casa Minha Vida (MCMV) contemplou 573 novos clientes.

No segmento de gás natural veicular (GNV), houve a captação de 10 novos postos, localizados 1 em Nova Iguaçu, 5 no município do Rio de Janeiro, 1 em Queimados, 1 em Niterói, 1 em Duque de Caxias e 1 em Santa Cruz, sendo que 4 postos deixaram de ser abastecidos. No total, a Companhia já abastece 437 postos de GNV.

No segmento de pequenos comércios são atendidos 10.236 clientes e no grande comércio, 275. Já no segmento industrial, a Ceg fornece gás a 334 indústrias.

Crescimento do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas convencionais

No mercado comercial, houve incremento de 7,8% no volume de vendas; e no residencial, foi obtido incremento de 4,2%, frente a 2010.

Os volumes vendidos para o mercado industrial em 2011 permaneceram em linha frente a 2010 (-0,2%), mesmo com a queda da produção de determinados segmentos industriais.

Com o objetivo de recuperar o nível de vendas e fomentar o número de conversões para o mercado de gás natural veicular (GNV), foi realizada, no segundo semestre de 2011, uma campanha publicitária que visou esclarecer os mitos relacionados à utilização do GNV e suas vantagens econômicas frente aos demais combustíveis. A campanha – que foi veiculada em rádios, mobiliários urbanos, outdoors, postos de combustíveis, revista, jornal e taxisdoor – reforçou que o GNV é uma decisão inteligente por não prejudicar o motor, aumentar o período entre as manutenções, possuir rendimento superior, ser menos poluente e ser um combustível seguro.

O resultado da campanha foi a manutenção, praticamente, do volume vendido, observando-se um freio na queda das vendas, impactada em apenas 0,6%, frente a 2010, quando a região Sudeste do país teve uma queda de 1,7% no volume total de venda de GNV. Além disso, foi identificado um aumento de 33% nas conversões realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

Vendas para Geração Elétrica

Em 2011, as vendas de gás para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg, registraram uma redução de 52,3% em comparação com o ano anterior. O fato foi consequência do elevado nível dos reservatórios de água, o que reduziu a necessidade de acionamento das térmicas.

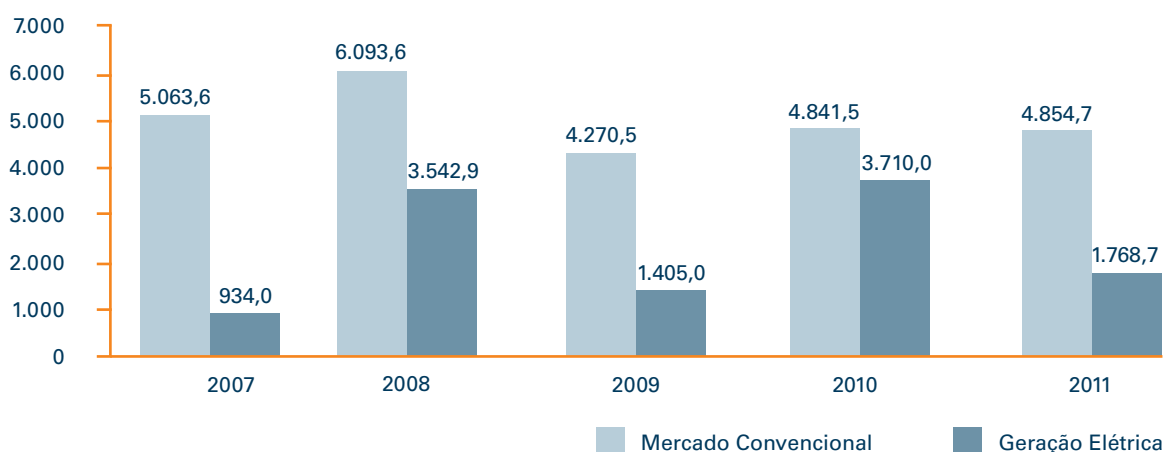
O despacho médio das térmicas, no período, ficou em torno 1,9 Mm³/dia, quando em 2010 tinha alcançado 3,8 Mm³/dia.

Dos dois leilões de Energia Nova (A-3 e A-5) realizados em 2011, o Estado do Rio de Janeiro contribuiu com aproximadamente 52% da nova capacidade térmica a ser instalada no país.

Com isso, a Ceg assinou com a Petrobras mais um contrato, com vigência até 21/07/2027, na categoria de consumidor livre, e estima investir R\$ 49 milhões na implantação de toda infraestrutura de distribuição necessária para a prestação do serviço de distribuição de gás natural à UTE Baixada Fluminense (530MW). Para atender à térmica, que tem compromisso de entrega da energia em 01/03/2014, a Ceg construirá um gasoduto de aproximadamente 15 km, em canalização de aço, e uma estação de medição e regulação com cromatografia e analisadores de gás.

Vendas (mil m ³ /dia)	2011	2010	Variação (%)
Residencial	314,9	302,1	4,2%
Comercial	228,8	212,2	7,8%
Industrial	2.129,5	2.133,4	-0,2%
Postos de GNV	2.181,5	2.193,8	-0,6%
Total do mercado convencional	4.854,7	4.841,5	0,3%
Geração elétrica	1.768,7	3.710,0	-52,3%
Total	6.623,4	8.551,5	-22,5%

Volume de vendas em (mil m³/dia) nos últimos 5 anos



6

Serviço a Clientes

Melhora dos indicadores e reconhecimento externo

Permanecendo com foco na satisfação do cliente, a Companhia implantou novos projetos e ações, cujo sucesso foi refletido nos resultados positivos e grandes conquistas que consolidaram ainda mais a imagem de Excelência no Atendimento ao Cliente, durante 2011.

Logo no início do ano, a Companhia mudou seu fornecedor de *Call Center*, sendo um marco na trajetória do serviço, que já vinha sendo feito há mais de 10 anos por um mesmo fornecedor. Cabe ressaltar que, decorridos apenas 30 dias da migração, o nível de serviço acumulado do mês teve sua meta alcançada, com o resultado de 81%.

Um importante projeto, e que mereceu destaque no ano de 2011, foi o Comitê de Clientes, grupo de trabalho formado por funcionários da Companhia e clientes, com o objetivo de discutir processos, avaliar ações e gerar dados de pesquisa, transformando clientes em parceiros. O resultado foi bastante positivo, o qual foi mensurado pela explícita satisfação dos clientes e demais envolvidos.

No processo de Leitura e Faturamento, os clientes com consumo excessivo passaram a ser identificados ainda durante o faturamento, sendo previamente contatados pela Companhia, através de carta ou telefone, com o objetivo de reduzir o volume de reclamações por alta de consumo.

Em 2011, foi também fomentada a utilização do site da companhia, sendo disponibilizados serviços *on-line* para a modificação da data de vencimento das faturas e para a Leitura Facilitada da conta, que consiste em permitir que o próprio cliente comunique sua leitura de consumo de gás, caso tenha estado ausente no momento da marcação.

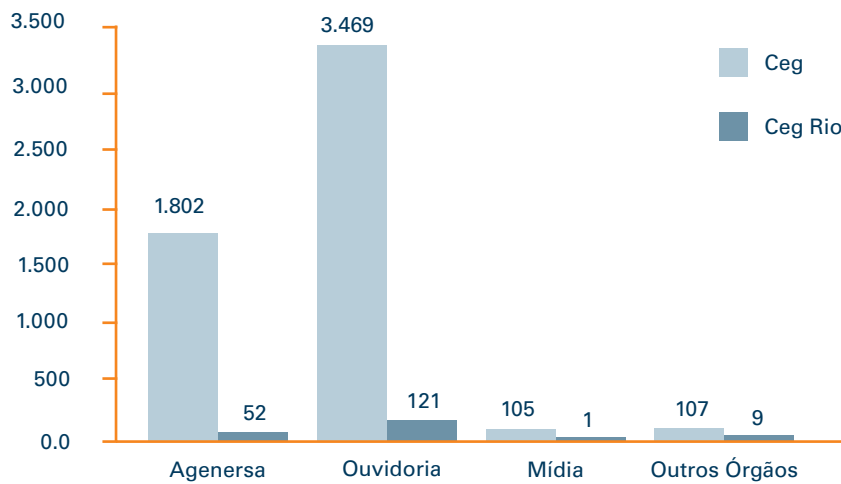
Além dos novos projetos e ações, foram mantidas as melhores práticas já implantadas nos anos anteriores, tal como a Campanha Vip e a campanha motivacional interna, realizada pelo quarto ano consecutivo, e que tem como principais objetivos o envolvimento e a conscientização de todas as áreas da companhia na busca pela satisfação do cliente.

O resultado de 2011 superou as expectativas, uma vez que houve uma redução de 90% na quantidade de reclamações, frente ao ano de 2008, ano de início da campanha. A redução em relação a 2010 foi de 43%.

Os serviços em medidores realizados pela área de Assistência Técnica tiveram índice de conformidade de 99%.

O resultado de todas as ações desenvolvidas durante o ano também pode ser observado na retenção de 40% dos clientes que intencionavam cancelar o fornecimento, tendo sido persuadidos a permanecerem utilizando o serviço, e na contínua evolução dos acordos nos Juizados Especiais, que alcançaram o índice de 49% em 2011.

A Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente atendeu, no período, 5.666 clientes.



Ao longo de todo o ano, o comprometimento e excelente trabalho realizado pelas áreas, teve seu mérito reconhecido pelos clientes, proporcionando à Companhia a conquista dos dez importantes prêmios abaixo relacionados:

Prêmio PECC	Categoria: Excelência em Contact Center Terceirizado
XI Prêmio ABT	Categoria: Serviço de Atendimento ao Público Case: MAIS ENERGIA NO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
Prêmio Nacional de Telesserviços	Categoria: Comunitário/Cidadania – Gás Case: Ceg: NOSSA ENERGIA É O CLIENTE
Prêmio Nacional de Telesserviços	Categoria: Melhor Ação de Capacitação Case: Ceg: ATENDIMENTO 5 ESTRELAS PARA TODOS OS CLIENTES
XI Prêmio ABT	Categoria: Atendimento Técnico Case: DETETIVE NA PISTA DA QUALIDADE
XI Prêmio ABT	Categoria: Campanha de Comunicação Externa Case: SOMANDO PARA MULTIPLICAR
XI Prêmio ABT	Categoria: Multicanal Case: NOSSA EQUIPE ESPECIAL É FERA
Prêmio Nacional de Telesserviços	Categoria: Comunicação Interna e Externa Case: Ceg: Gas Natural Fenosa – Unidos pelo Cliente
Prêmio Nacional de Telesserviços – Alexandra Periscionoto	Categoria: Comunicação Interna e Externa Case: Ceg: Gas Natural Fenosa – Unidos pelo Cliente Colocação: Empresa Destaque
Prêmio Nacional de Telesserviços	Categoria Comunitário / Cidadania Case: “Ceg e TIVIT: Pura Energia!”



7

Atividade Técnica

Em 2011, foram executadas importantes ações técnicas que ampliaram e otimizaram o fornecimento de gás à cidade.

Iniciou-se a execução do assentamento de 9,0 km de rede em alta pressão – AP16 para Reforço Avenida Brasil Novas Fontes 3 – Fase 4, visando o abastecimento de indústrias e postos de GNV da Zona Oeste. Até o final de 2011, foram assentados 2,5 km de redes de aço carbono.

Também foi iniciado o remanejamento de 18,0 km de redes alta pressão (AP) e média pressão (MP) na cidade do Rio de Janeiro, devido às obras de reurbanização das regiões da Transcarioca, Transoeste e Porto Maravilha, em razão dos futuros eventos internacionais – Copa do Mundo e Olimpíadas. Foram ainda remanejadas cerca de 2,7 km de redes.

Foi concluída a construção de 1,2 km de rede em alta pressão AP32 para abastecimento da indústria Nitriflex, no município de Duque de Caxias, e 1,5 km, em alta pressão AP16, para abastecimento de novos clientes no distrito industrial de Queimados.

Dando prosseguimento ao programa de renovação de redes antigas da cidade, foram substituídos 42.590 metros de canalizações e 1.027 ramais. Neste trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da Ceg.

A Companhia manteve as valorações dos índices de segurança em muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais, e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo.

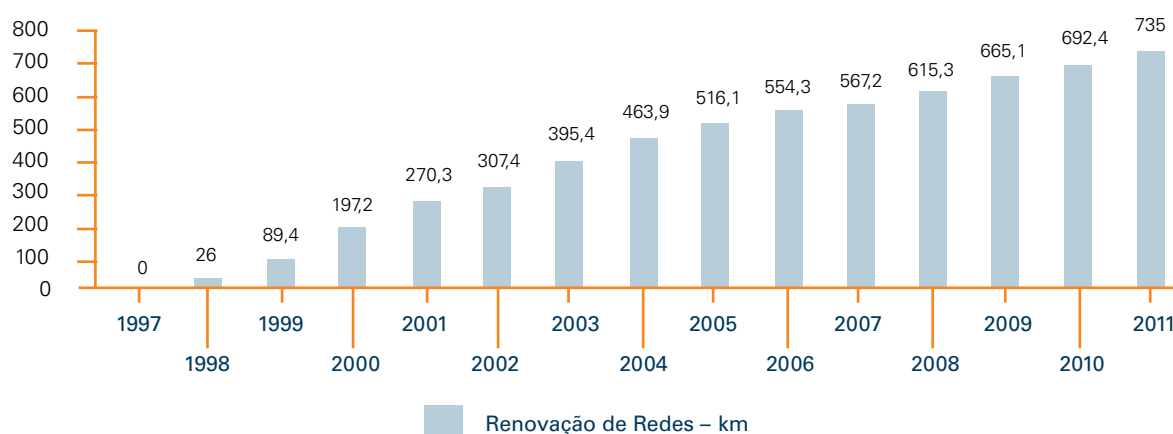
Junto a outras Concessionárias e a órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, sob coordenação da Ceg, foi formado um Grupo de Trabalho visando o mapeamento das redes de utilidades existentes no subsolo da cidade. Para isso, está sendo desenvolvido um sistema (GEOVIP) contendo a base cartográfica do município, base sobre a qual será inserida a localização das redes assentadas. Esse sistema proporcionará maior segurança nas ações de construção e manutenção de todos os concessionários e facilitará a coordenação das ações no subsolo da cidade.

Ainda em 2011, foram desenvolvidos projetos para ampliação do fornecimento de gás e abastecimento de novos clientes, tais como 22,0 km referentes ao empreendimento Gasoduto Presidente Kennedy (Duque de Caxias e Rio de Janeiro), e 14,5 km para abastecimento da UTE Baixada Fluminense (Seropédica e Japeri).

De 1997 até agora, a Companhia modernizou mais de 915 km da rede. Desse total, 735 km foram feitos por meio da substituição de dutos e 188 km através de aplicação de líquido selante.

	Renovação da Rede (extensão em metros)	Aplicação de líquido selante (em metros)	Substituição de ramal completo (nº de ramais)	Troca de válvula de ramal (nº de válvulas)
2011	42.590	0	1.027	0
Total (de 1997 a 2011)	735.027	187.557	34.128	50.023

Renovação das redes desde a privatização em 1997



A Ceg também decidiu antecipar o programa de renovação da rede de gás canalizado dos bairros do Centro e Copacabana. A meta é modernizar 50 km de rede nesses dois bairros em, no máximo, 12 meses. Para isso, a empresa vai investir R\$ 25 milhões. Essa decisão da empresa está ratificada em um termo de compromisso assinado com o Ministério Público do Rio de Janeiro em 2011.

Só na renovação e modernização de rede a Companhia investiu R\$ 500 milhões nos últimos 14 anos. Isso faz com que a rede de distribuição de gás do Rio de Janeiro, que já foi modernizada, esteja dentro de padrões internacionais de segurança e de confiabilidade.

Parte desses investimentos foi aplicada na modernização e renovação de 600 estações de regulação nas quais não há histórico de acidentes. Todas são novas, blindadas, ventiladas, mapeadas e monitoradas pelo centro de controle da Companhia.

A Ceg também tem um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás da cidade. Através desse programa define seu cronograma de manutenções e renovações.

Inspeção com a Prefeitura

A Ceg também participou das vistorias realizadas pela Prefeitura, prestando toda a assessoria técnica à empresa contratada. As equipes da Companhia atuaram em campo acompanhando toda a operação, que tem o objetivo de verificar, preventivamente, se há presença de gases e/ou superaquecimento em cabos de energia elétrica.

Meio Ambiente

Desde que o Grupo estabeleceu, voluntariamente, a política ambiental até a atualidade, a GNF Brasil tem fortalecido os compromissos com o meio ambiente. Nesse sentido, com o objetivo de contribuir para sua preservação, foram realizadas, ao longo de 2011, diversas ações de responsabilidade socioambiental. Entre elas, destaque para:

- Programa de Neutralização da GNF Brasil, que compensou um total de 14.008 kg de CO₂ emitidos em eventos realizados pela empresa.
- Workshops para conscientização e divulgação do Ano Internacional das Florestas, declarado pelas Nações Unidas como "Florestas para as pessoas". O primeiro, Workshop Ambiental – Meio Ambiente e Florestas, realizado para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, para os colaboradores da Ceg e Ceg Rio. O segundo, Workshop Ambiental – Natureza e Florestas foi realizado para os colaboradores da GNF SP (Sorocaba), em comemoração ao Dia da Natureza, 4 de outubro.
- Campanhas de Reciclagem: 136,35 kg de pilhas e baterias e 414 cartuchos e tonners foram reciclados.

Assim, alinhada com outros projetos ambientais, a GNF Brasil trabalhou, mais um ano, minimizando o impacto sobre o meio ambiente, aportando os recursos necessários para o desenvolvimento sustentável e preparando-se para a certificação ISO 14.001.



Segurança

Índices de Acidentabilidade.

Em 2011, as empresas do grupo no Brasil atingiram os objetivos da GNF no que diz respeito aos índices de acidentabilidade, conforme tabela a seguir:

Índices	Objetivos GNF	Indicadores GNF Brasil
Acidentes do Trabalho - Índice de Frequência	≤ 6,7	1,72
Acidentes do Trabalho - Índice de Gravidade	≤ 0,31	0,01
Sistema de Distribuição - valoração	≥ 8,0	10,0
Sistema de Utilização - valoração	≥ 8,0	8,0

Destaques:

Acidentes no sistema de distribuição de gás natural: não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e, conseqüentemente, não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Acidentes do Trabalho: houve redução tanto nos índices de frequência, quanto nos índices de gravidade de acidentes do trabalho, em relação a 2010.

Dentre os vários aspectos que foram relevantes para a redução dos índices de acidentabilidade, destacam-se:

- Semana de prevenção ao risco - destacou as atuações em situações de emergência, complementando com o treinamento prático de combate a incêndio com gás natural para o Corpo de Bombeiros.
- Treinamentos de segurança para Gestores e Chefes de Obras.
- Análises das ocorrências pelo Comitê de Análise de Acidentes (CAE).

Em março de 2011 iniciou-se a implantação do Sistema Integrado de Gestão, no qual serão unificadas e implantadas a ISO 9.001, 14.001 e a OSHAS 18.001.

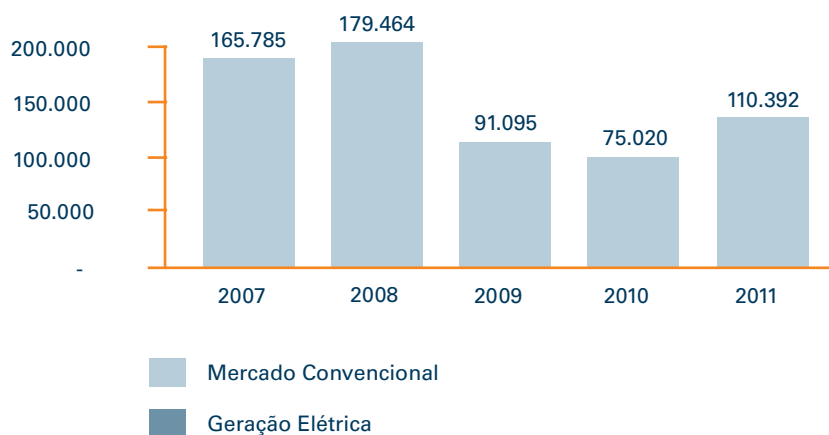
8

Recursos Investidos

A Companhia investiu, em 2011, mais de R\$ 110 milhões, dos quais R\$ 56,8 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás, e R\$ 45,5 milhões foram destinados ao projeto de expansão.

Em comparação com o exercício anterior, cujo total de investimentos foi em torno de R\$ 75 milhões, o nível de investimentos realizados pela Companhia quase dobrou (houve um acréscimo de 47%) passando a R\$ 110 milhões. Esse aumento se deu, sobretudo, ao programa de conservação e renovação das redes de gás, que concentrou cerca de 50% dos investimentos, sendo o restante destinado a expansões e instalações de redes.

Investimentos realizados nos últimos 5 anos



Sumário Financeiro

Receita Líquida

Em 2011, as receitas líquidas da Companhia corresponderam a R\$ 2.304.053,00, o que representou um aumento de 1,79%, com relação a 2010, mantendo-se praticamente em linha em comparação com o ano anterior, quando somaram R\$ 2.263.645,00. Dessa forma, e como apontam os demais índices do sumário financeiro, a Companhia manteve-se em ritmo de crescimento, embora um pouco mais tímido do que nos anos anteriores.

Lucro Bruto

O lucro bruto em 2011 foi de R\$ 780.37,00, superando em 15,67% o resultado obtido no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 33,87%. Essa margem é superior em 3 pontos percentuais à apresentada em 2010.

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2011, foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011.

Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2010, a Companhia apresentou em 2011 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2011, o valor negativo de R\$ 67.586,00, frente ao valor negativo de R\$ 82.260,00 em 2010.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 49,2% em 2010, caiu para 38,3% em 2011.

	2011	2010	Variação(%)	Variação (R\$)
Resultado Financeiro	67.586	82.260	-17,84%	-14.674

Lucro Operacional

O lucro operacional do período foi de R\$ 429.225,00, resultado maior, portanto, do que o obtido em 2010, que foi de R\$ 400.652,00, e representa incremento de 7,13%.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 251.667,00, verificando-se um aumento de R\$ 21.624,00, ou seja, 9,40% superior ao exercício anterior.

	2011	2010	Variação (%)	Variação (R\$)
Conta de Resultados (R\$ mil)				
Receita líquida das vendas e serviços	2.304.053	2.263.645	1,79%	40.408
Lucro bruto	780.371	674.634	15,67%	105.737
Lajida (Ebitda)	539.469	508.160	6,16%	31.309
Lucro operacional	429.225	400.652	7,13%	28.573
Lucro líquido do exercício	251.667	230.043	9,40%	21.624

Lajida (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 539.46,00 do ano supera em 6,16% o obtido em 2010. É resultado da redução de custos operativos, aumento da margem do gás, e demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida em torno dos 10,92% nos últimos seis anos.

	2011	2010	Variação (%)	Variação (R\$)
Lajida (R\$ mil)	539.469	508.160	6,16%	31.309
Lucro antes do resultado financeiro	429.225	400.652	7,13%	28.573
Depreciação e amortização	98.556	100.422	-1,86%	-1.866
Perdas e Recuperação de Créditos	11.688	7.086	64,94%	4.602

10

Remuneração aos acionistas

Em conformidade com a estrutura de capital apresenta, pela Companhia, a qual mostrou nos últimos anos, redução do nível de alavancagem financeira, a Administração propôs uma distribuição de resultados de R\$ 239.084,00, sendo R\$ 42.566,00 a título de juros sobre o capital próprio – já aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 20/12/11 – e R\$ 196.518,00 sob a forma de dividendos.

Esses valores somados representam 100% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. A proposta de distribuição de dividendos será apreciada na Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2012.

Financiamentos

Ao longo de 2011, a Ceg manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

A Companhia apresentou projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação comercial e substituição da rede de distribuição de gás natural em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 398 milhões.

O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 239 milhões (correspondente a 60% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato serão realizados até 2013, sendo o primeiro programado para o 1º trimestre de 2011, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a Ceg mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2012, a meta é a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26
Gas Natural SDG S.A	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Panorama Tributário

A Instrução Normativa da Receita Federal que instituiu a obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS – SPED EFD PIS/COFINS foi alterada por nova norma da Receita Federal, dispensando a entrega da obrigação para os meses de abril a dezembro de 2011.

Dessa forma, a implantação do projeto foi postergada para janeiro de 2012.

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada.

	2011	2010
COFINS	64,58	60,42
PIS	14,27	13,12
IRPJ	73,50	87,88
CSLL	29,81	37,00
IOF	1,99	3,11
CPMF	-	-
AGENERSA	10,97	10,49
ICMS	148,11	133,36
IPVA	0,13	0,12
IPTU	0,07	0,20
ISS	1,02	1,02
Total (MBRL)	344,45	346,72

Responsabilidade Social Corporativa

Público Interno

Visando a estabelecer com o público interno uma boa comunicação e transparência, a Companhia implantou e manteve alguns programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e qualidade de vida para os colaboradores, focando suas ações na promoção de um entorno de trabalho motivador e no desenvolvimento constante de todos os seus profissionais.

Principais Indicadores	
Quadro de Pessoal/Número de empregados	440
Homens/Mulheres (%)	63 / 37
Total de diretivos*	27
Mulheres em postos diretivos	8
Gastos de Pessoal (R\$)	76.109.104
Horas de treinamento por empregado	57
Investimento em formação anual (R\$)	1.437.064

*Diretores e gerentes

A Companhia realizou diversas atividades voltadas para a melhora do clima laboral, desenvolvimento e reconhecimento de seus colaboradores.

Com o objetivo de fomentar a proximidade com a Direção e facilitar a troca de informações e comunicação da Diretoria com os empregados, foi mantido o projeto "Café com a Direção", do qual participaram cerca de 100 funcionários. Essa ação possibilitou a construção de um foro de intercâmbio de opiniões sobre temas de interesse do público interno.

No intuito de proporcionar aos seus empregados cada vez mais o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, o Programa de Qualidade de Vida foi mantido, sendo disponibilizadas mais sessões de shiatsu e reflexologia, além de coral, caminhadas ecológicas, palestra sobre saúde e finanças.

A Ceg, através do Programa de Reconhecimento do Empregado, homenageou o empenho dos funcionários em temas como o apoio às famílias atingidas pelas chuvas na Região Serrana; a dedicação dos funcionários das áreas envolvidas nas inspeções dos bueiros e o desenvolvimento de projetos de melhoria contínua dos funcionários formados em *Green Belts*.

Oportunidades de Desenvolvimento

Com o objetivo de reforçar o compromisso da Companhia com o desenvolvimento profissional de seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que empresa e colaboradores mantenham aberta a discussão sobre desenvolvimento e carreira, e para que possam utilizar corretamente as ferramentas disponíveis para seu desenvolvimento, a empresa realizou a segunda edição do evento “Carreira em Foco”. Essa ação contou com especialistas em Recursos Humanos, teve workshops sobre planejamento de carreira, treinamentos para o autodesenvolvimento e autoconhecimento e consultoria individual de carreira para os colaboradores. Além disso, foi realizado o *Be Right* com o objetivo de propiciar aos jovens de 16 a 18 anos, filhos dos empregados, orientação vocacional baseada em técnicas e instrumentos de carreira.

Foi potencializado o *Programa de mobilidade interna*, iniciado em março de 2009, com o objetivo de promover a movimentação interna no Grupo, aumentando com esse contingente a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto.

Também foram investidos R\$ 1.437.063,57 em mais de **40 mil horas de capacitação** para os colaboradores.

Através do Programa Bolsa de Estudos – que patrocina parte importante do investimento na educação – a Ceg promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores. Mais de 239 colaboradores já foram contemplados em cursos ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Foi realizado o quarto ciclo do Programa de Avaliação de Desempenho, no qual a Ceg conseguiu identificar o potencial de contribuição e os aspectos que necessitam ser desenvolvidos em seus colaboradores.

O Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAI/RJ, preparou jovens de 14 a 21 anos nos cursos de Encanador Gasista Predial. O Programa já está em sua 10ª edição.



Políticas de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia contou, no ano de 2011, com 18 tipos de benefícios, entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio-Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio-Creche, Auxílio-Excepcional, Vale Refeição, Cesta Básica, Empréstimo Emergencial e Extensão da Licença-maternidade de 4 para 6 meses.

Vale destacar que, em 2011, a Companhia implantou o benefício de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento e fez a troca da operadora do Plano de saúde para Bradesco, com expansão da rede credenciada e melhora dos níveis de reembolso.

Flexibilidade

Na Ceg, a jornada de trabalho, exceto para os empregados de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Os empregados podem chegar à Empresa até 1 hora depois do horário estabelecido em seu contrato de trabalho, devendo compensar no horário de saída.

Em todos os feriados que ocorrem às terças e quintas-feiras, os empregados são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela Empresa. Às sextas-feiras, no período de horário de verão, a jornada de trabalho foi reduzida em 2 horas, mediante compensação ao longo do ano.



15

Relacionamento com a Sociedade

Em 2011, a Ceg patrocinou cerca de 20 projetos. São iniciativas alinhadas com os pilares que norteiam a estratégia das empresas, principalmente, educação e cultura.

Um desses projetos é o "Futuro no Meu Jardim", apresentado em 100 escolas públicas e privadas, com o objetivo de sensibilizar 17.267 alunos de 9 a 14 anos sobre a importância da consciência ambiental, do consumo consciente e do impacto ambiental das principais fontes de energia.

A empresa também contribuiu para o desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, atendidas pelo Instituto Bola pra Frente. O projeto – uma iniciativa do tetracampeão mundial de futebol, Jorginho – foi inaugurado em 29 de junho de 2000 e desde então oferece oportunidades de promoção social por meio do esporte, educação, cultura e qualificação profissional.

A Ceg, por meio de doações, também ajudou para que as atividades sociais do Rio Solidário se tornassem uma realidade. Trata-se de

Projeto Bola pra Frente



uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem como missão unir esforços do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada para o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social.

No âmbito cultural, a Ceg esteve presente em eventos por todo o estado, tais como o 19º Concurso Gastronômico de Visconde de Mauá e o 4º Festival Internacional de Cinema de Paraty. Neste último, foram cerca de 14 sessões de cinema por dia, todas gratuitas, que aconteceram em três locais de exibição espalhados pelo Centro Histórico. Os diretores selecionados apresentaram filmes inéditos no país e promoveram debates com a participação do público.

A Companhia participou ainda do “Niterói – Encontro com a América do Sul”, evento que promoveu shows, teatro, exposições e palestras em vários pontos da cidade. O objetivo foi integrar os países participantes e promover um intercâmbio cultural, acadêmico, científico e econômico.

Em uma iniciativa de apoio ao esporte, a Ceg contribuiu para a restauração da Sede Náutica do Estádio de Remo da Lagoa.

Projeto Futuro no Meu Jardim







Demonstrações financeiras

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2011**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

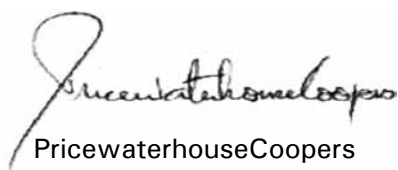
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC2SP000160/O-5 "F"RJ



Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2011	2010
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	48.807	95.483
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)		2.060
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	343	2
Contas a receber de clientes (Nota 9)	299.166	310.517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(37.198)	(28.099)
Tributos a recuperar (Nota 10)	9.932	7.225
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 12)	1.429	1.308
Adiantamentos a fornecedores	717	2.789
Cessão de crédito	381	
Demais contas a receber (Nota 13)	21.672	21.573
Estoques	1.581	1.289
Despesas antecipadas	1.833	3.222
	348.663	417.369
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)		467
Ativos fiscais diferidos (Nota 11)	97.337	105.802
Tributos a recuperar (Nota 10)	39.194	45.399
Demais contas a receber (Nota 13)	30.720	48.972
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 14)	(920)	(920)
Depósitos judiciais (Nota 15)	59.178	47.885
Outros realizáveis a longo prazo (Nota 16)	831	1.975
	227.260	250.500
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 17)	1.195.635	1.142.937
Diferido (Nota 18)	156.078	198.157
	1.579.353	1.591.974
Total do ativo	1.928.016	2.009.343

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
Circulante		
Fornecedores (Nota 19)	198.799	250.087
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	40	958
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	213.374	317.210
Obrigações trabalhistas	6.940	6.939
Tributos a recolher (Nota 21)	82.410	79.525
Obrigações com fundo de pensão (Nota 24)	11.054	9.610
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 12)	74	43
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 23.2 (b))	59.771	29.648
Demais contas a pagar	4.490	3.699
	576.952	697.719
Não circulante		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)		149
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	282.681	355.437
Tributos a recolher (Nota 21)	2.558	20.628
Obrigações com fundo de pensão (Nota 24)	138.028	117.876
Provisão para contingências (Nota 25)	57.515	66.926
Demais contas a pagar	2.364	45
	483.146	561.061
Total do passivo	1.060.098	1.258.780
Patrimônio líquido (Nota 23)		
Capital social	353.617	341.787
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	545.512	419.666
Ajuste de avaliação patrimonial	(33.405)	(13.084)
Total do patrimônio líquido	867.918	750.563
Total do passivo e patrimônio líquido	1.928.016	2.009.343

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Receita líquida (Nota 26)		
Venda de gás	2.187.937	2.186.599
Contratos de construção	88.765	58.146
Outras receitas	27.351	18.900
	2.304.053	2.263.645
Receitas (despesas) operacionais		
Compra de gás e de serviços	(1.434.917)	(1.530.865)
Custo dos contratos de construção	(88.765)	(58.146)
Pessoal	(76.264)	(71.371)
Utilidades, materiais e serviços	(16.677)	(16.906)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 28)	(120.407)	(137.353)
Amortizações do intangível e diferido	(98.556)	(100.422)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 24)	(4.894)	3.633
Outras, líquidas (Nota 29)	(34.348)	48.437
	(1.874.828)	(1.862.993)
Lucro operacional	429.225	400.652
Resultado financeiro (Nota 30)		
Receitas financeiras	32.904	19.580
Despesas financeiras	(100.490)	(101.840)
	(67.586)	(82.260)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.639	318.392
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)		
Do exercício	(98.261)	(93.317)
Diferidos	(11.711)	4.968
Lucro líquido do exercício	251.667	230.043
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	51.927.546	51.927.546
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	4,84	4,43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	251.667	230.043
Outros componentes do resultado abrangente		
Perda atuarial de fundo de pensão (Nota 24)	(20.321)	(14.321)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(20.321)	(14.321)
Total do resultado abrangente do exercício	231.346	215.722

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 23.2.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 23.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	264.451	2.194	350.450	1.237		618.332
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					230.043	230.043
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos					(14.321)	(14.321)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				(14.321)	14.321	
Total do resultado abrangente do exercício				(14.321)	230.043	215.722
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	77.336		(77.336)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(53.843)		(29.648)	(83.491)
Transferência entre reservas			200.395		(200.395)	
Total das contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas	77.336		69.216		(230.043)	(83.491)
Em 31 de dezembro de 2010	341.787	2.194	419.666	(13.084)		750.563

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais (continuação)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 23.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	341.787	2.194	419.666	(13.084)		750.563
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					251.667	251.667
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos					(20.321)	(20.321)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				(20.321)	20.321	
Total do resultado abrangente do exercício				(20.321)	251.667	231.346
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	11.830		(11.830)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(54.220)		(59.771)	(113.991)
Transferência entre reservas			191.896		(191.896)	
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	11.830		125.846		(251.667)	(113.991)
Em 31 de dezembro de 2011	353.617	2.194	545.512	(33.405)		867.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	361.639	318.392
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	98.556	100.422
Resultado na baixa do intangível	285	(8.410)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.246	85.069
	525.726	495.473
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	11.351	(121.139)
Tributos a recuperar e diferidos	110.887	105.700
Estoques	(292)	(16)
Créditos restituíveis	(381)	27.641
Outros ativos	11.465	(16.294)
Fornecedores	(51.288)	55.741
Obrigações trabalhistas	1	607
Tributos a recolher	(128.367)	(113.749)
Partes relacionadas	(90)	(1.428)
Obrigações com fundo de pensão	1.275	3.745
Outros passivos	3.110	(4.277)
	(42.329)	(63.469)
Caixa proveniente das operações	483.397	432.004
Juros pagos	(74.420)	(62.763)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(95.714)	(121.342)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	(5.336)	(4.451)
	(175.470)	(188.556)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	307.927	243.448
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(109.686)	(71.564)
Recebimento de venda de ativo intangível	226	10.710
Aplicações financeiras	2.060	4.570
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(107.400)	(56.284)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(358.703)	(210.620)
Ingressos de empréstimo	190.032	172.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(78.532)	(103.236)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(247.203)	(141.856)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(46.676)	45.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	95.483	50.175
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	48.807	95.483

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2011	2010
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	2.818.708	2.733.706
Outras receitas operacionais	11.078	23.280
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(11.688)	(7.086)
	2.818.098	2.749.900
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(1.523.682)	(1.589.011)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(467.672)	(102.213)
	(1.991.354)	(1.691.224)
Valor adicionado bruto	826.744	1.058.676
Retenções		
Amortização	(98.556)	(100.422)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	728.188	958.254
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32.904	19.580
Valor adicionado total a distribuir	761.092	977.834
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	46.110	41.582
Benefícios	13.748	15.094
Honorários da diretoria	4.183	3.635
	64.041	60.311
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	223.034	313.312
Estaduais	110.236	265.263
Municipais	1.595	1.582
	334.865	580.157
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	108.376	105.532
Aluguéis	2.143	1.791
	110.519	107.323
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	42.566	29.648
Dividendos propostos	196.518	54.220
Lucros retidos	12.583	146.175
	251.667	230.043
Valor adicionado distribuído	761.092	977.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIU;

- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.12 e 17).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de março de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 26.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 7).

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto os instrumentos derivativos associados à operação de empréstimos de longo prazo, os quais são classificados como ativo não circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

(c) Investimentos mantidos até o vencimento

São, basicamente, os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento

inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos financeiros contratados pela Companhia são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia não possuía operações em aberto classificadas como *hedge*.

A política adotada para a contratação das operações de derivativos está descrita na Nota 4. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado nas Notas 4.3 e 18.

2.8 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.9 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a Contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 15).

2.12 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização, o qual representa o direito de cobrar dos usuários pelo serviço de gás durante o período de vigência do contrato de concessão. A amortização é calculada com base na vida-útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, e reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 17).

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época.

(ii) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 17).

2.13 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 18).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.14 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2011.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 24).

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.21 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 9, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 79.257 (R\$ 115.203 em 31 de dezembro de 2010).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 24.468 (R\$ 56.156 em 31 de dezembro de 2010).

(e) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(f) Provisão para contingência

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias.

(g) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 24.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2011, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima e na Nota 20.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Derivativos (Deliberação CVM nº550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de *swap* são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Swaps – são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valores a receber		Valores a pagar		Ganhos (perdas) realizados	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contratos de <i>swaps</i> – curto prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira	5.733	10.895	5.683	10.899						
Posição passiva										
Variação do CDI	5.391	11.429	5.380	11.855	343	2	40	958	(210)	
Contratos de <i>swap</i> – longo prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira		5.268		5.170						
Posição passiva										
Variação do CDI		5.379		4.814		467		149		

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio e de CDI de 31 de dezembro de 2011), segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverá ser divulgada as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.

Risco	Instrumento/operação	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Cambial	Instrumentos financeiros derivativos – <i>Swap</i>			
	Despesa financeira	(54)	(68)	(81)
	Receita financeira	(993)	(1.242)	(1.490)
		(1.047)	(1.310)	(1.571)
CDI	Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos			
	Despesa financeira	(66.723)	(83.404)	(100.085)
	Receita financeira	4.020	5.026	6.031
		(62.703)	(78.378)	(94.054)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 9. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionado na Nota 4.3(c).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	198.799			
Empréstimos e financiamentos	225.594	191.890	147.059	26.936
Contas a pagar – assunção de dívida	11.389	8.731	27.821	
Contas a pagar – partes relacionadas	74			
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	250.087			
Empréstimos e financiamentos	352.885	157.277	324.538	3.782
Contas a pagar – assunção de dívida	9.709	8.022	25.441	9.582
Contas a pagar – partes relacionadas	43			

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	2011	2010
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	496.055	672.647
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(48.807)	(95.483)
Dívida líquida	447.248	577.164
Total do patrimônio líquido	867.918	750.563
Total do capital próprio e de terceiros	1.315.166	1.327.727
Índice de alavancagem financeira – %	34	43

A redução no índice de alavancagem financeira em 2011 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2011. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(c) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2011			2010		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	48.807	213.374	(164.567)	97.543	317.210	(219.667)
Não circulante		282.681	(282.681)		355.437	(355.437)
	48.807	496.055	(447.248)	97.543	672.647	(575.104)

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A Companhia contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 20).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

(d) Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

As operações da Companhia que estão mensuradas ao valor justo referem-se aos instrumentos financeiros derivativos, os quais não são negociados em mercados ativos. O valor justo desses instrumentos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação (nível 2). Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade (vide Nota 4.1(a)(iii)).

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		343	343
Contas a receber de clientes	299.166		299.166
Caixa e equivalentes de caixa	48.807		48.807
Depósitos Judiciais	59.178		59.178
	407.151	343	49.150

	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		496.055	496.055
Instrumentos financeiros derivativos	40		40
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		198.799	198.799
	40	694.854	694.894

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		469	469
Contas a receber de clientes	310.517		310.517
Caixa e equivalentes de caixa	95.483		95.483
Depósitos Judiciais	47.885		47.885
	453.885	469	454.356

	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		672.647	672.647
Instrumentos financeiros derivativos	1.107		1.107
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		250.087	250.087
	1.107	922.734	924.799

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 777.757 mil clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	18.419	19.581
Aplicação de liquidez imediata – CDB	30.388	75.902
	<u>48.807</u>	<u>95.483</u>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário – CDB têm liquidez imediata e estão valorizadas ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A Companhia concentra suas operações financeiras em instituições da primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa.

8. Títulos e valores mobiliários

	2011	2010
Mantidas até o vencimento		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs		
mantidos até o vencimento (Circulante)		<u>2.060</u>

Essa aplicação está atrelada às operações de empréstimos e financiamentos, e não atende aos critérios de caixa e equivalente de caixa. Com o fim das operações de empréstimos a ela atreladas, houve o resgate total da aplicação.

9. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	206.570	182.644
Do setor público	7.766	7.963
	214.336	190.607
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	76.836	112.782
Do setor público	2.421	2.421
	79.257	115.203
Vendas de equipamentos	5.573	4.707
	299.166	310.517

Com o objetivo de cobrir o impacto da inflação, as tarifas foram atualizadas em janeiro de 2010, pela variação do índice de inflação de 1,59% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, além da aplicação do percentual de 2,00% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2009, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, maio, agosto e novembro de 2010, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,16%, 9,81%, 3,01% e 2,77%, respectivamente.

Em janeiro de 2011, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2011	2010
A vencer		
Faturado	158.243	111.059
Não faturado	79.257	115.203
Vencidas		
Até três meses	21.837	50.442
De três a seis meses	7.483	5.714
Acima de seis meses	32.346	28.099
	299.166	310.517

A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, segue demonstrada abaixo:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	28.099	23.740
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	15.589	20.352
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(6.490)	(15.993)
Em 31 de dezembro	37.198	28.099

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

10. Tributos a recuperar

	2011	2010
Contribuição Social (a)	4.766	6.119
ICMS a recuperar (b)	24.413	27.629
Imposto de renda retido na fonte	2.310	1.720
FINSOCIAL (c)	17.242	16.733
Outros	395	423
	49.126	52.624
Circulante	(9.932)	(7.225)
Não circulante – Realizável a longo prazo	39.194	45.399

- (a) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 4.984 (R\$ 9.414 em 31 de dezembro de 2010), sendo R\$ 2.572 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.412 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 19.810, classificados no longo prazo em 2011, (R\$ 19.956 em 31 de dezembro de 2010) referentes, principalmente, a valores do imposto a recuperar por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso, cuja contrapartida está registrada na conta de fornecedores (Nota 19). Sobre os impostos pagos a maior no Espírito Santo e Mato Grosso, a Companhia já abriu processo administrativo e aguarda a sua conclusão. Por representarem pagamentos realizados a maior, não há possibilidade de perda do ativo.
- (c) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 25(a(ii))).

11. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.884	96.726
PIS e COFINS diferidos (*)	4.453	9.076
	97.337	105.802

(*) Incidentes sobre a receita de retroatividade contabilizada em 2009 e revertida em 2010 (Nota 27.4).

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	2011	2010
Obrigações de fundo de pensão	36.559	26.993
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.039	4.339
Provisão para contingências	19.555	22.755
Mudança de prática – novos CPC's (*)	13.974	30.417
Fornecimento Governo	8.399	7.986
Outras	7.358	4.236
Ativo não circulante	92.884	96.726

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	2011	2010
Ativo regulatório (Nota 27.4)	29.728	37.345
Receita de ajuste a valor presente	(739)	(838)
Fundo de pensão CVM 600	(13.959)	(6.090)
Juros e variação monetária Gasius (CPC 33)	(1.056)	
	13.974	30.417

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecimento governo	Mudanças de práticas	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2010	26.993	4.339	22.755	7.986	30.417	4.236	96.726
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.697	2.700	(3.200)	413	(14.794)	3.122	(11.711)
Creditado (debitado) nos lucros abrangentes	7.869						7.869
Em 31 de dezembro de 2011	36.559	7.039	19.555	8.399	15.623	7.358	92.884

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2018, conforme demonstrado a seguir:

2012	22.354
2013	27.893
2014	13.850
2015	13.850
2016	13.850
2017	2.770
2018	2.770
	<u>97.337</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Contas com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	235	6		18	11.128
CEG Rio S.A.	1.061			10.036	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	74	12		552	
Gás Natural Serviços S.A.	55	56		200	
Gás Natural do Brasil S.A.	4			13	101
	<u>1.429</u>	<u>74</u>		<u>10.819</u>	<u>11.229</u>
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nota 20)		44.394	166.411		17.311
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.429</u>	<u>44.468</u>	<u>166.411</u>	<u>10.819</u>	<u>28.540</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.308</u>	<u>43.333</u>	<u>151.290</u>	<u>10.400</u>	<u>26.561</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de *hardware* e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão-de-obra.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Salários e encargos	3.164	2.336
Honorários de diretoria	4.183	3.635
Participação nos lucros	815	465
Planos de aposentadoria e pensão	65	64
Outros benefícios	346	245
	8.573	6.745

13. Demais contas a receber

	2011	2010
Adiantamentos a funcionários	754	822
Cartões corporativos	40	1.325
Outros devedores (i)(ii)	51.598	68.398
	52.392	70.545
Circulante	(21.672)	(21.573)
Não circulante	30.720	48.972

- (i) Refere-se, substancialmente, a contas a receber junto à CEDAE. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo em 30 de setembro de 2010, registrando a recuperação dos gastos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", tendo em 31 de dezembro de 2011, registrado no ativo o valor de R\$ 20.775 (R\$ 19.333 em 31 de dezembro de 2010) com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 15.582 (R\$ 33.833 em 31 de dezembro de 2010) com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível está sendo pago em parcelas mensais com vencimento em outubro de 2013, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.
- (ii) O saldo remanescente registrado no ativo não circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,5 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a Companhia detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal.

14. Provisão para perdas sobre bens e direitos

	2011	2010
Aplicação em incentivos fiscais	920	920

O incentivo fiscal é constituído basicamente por aplicações no FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia.

15. Depósitos judiciais

	2011	2010
ICMS (a)	2.462	2.304
INSS (a)	15.061	14.029
Processo Administrativo – SRF (b)	5.441	5.045
CIDE (c)	7.551	6.807
Penhora Judicial	7.860	5.183
Trabalhistas	19.323	14.248
Outros	1.480	269
	59.178	47.885

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais – DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE (Nota 25(a)).

16. Outros realizáveis a longo prazo

	2011	2010
Caução contratual		34
Despesas Antecipadas	831	1.941
	831	1.975

17. Intangível

	Servidões de passagem	Software	Contrato de concessão	Total em operação	Intangível em andamento (*)	Total
Em 1º de janeiro de 2010	1.339	17.701	1.106.827	1.125.867	5.511	1.131.378
Aquisição			68.466	68.466	3.099	71.565
Baixa líquida			(2.301)	(2.301)		(2.301)
Transferência para intangível em operação		1.510		1.510	(1.510)	
Amortização	(147)	(7.253)	(50.305)	(57.705)		(57.705)
Em 31 de dezembro de 2010	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Custo total	3.627	64.587	1.725.603	1.793.817	7.100	1.800.917
Amortização acumulada	(2.435)	(52.629)	(602.916)	(657.980)		(657.980)
Valor residual	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Em 1º de janeiro de 2011	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Aquisição			106.847	106.847	2.839	109.686
Baixa líquida			(511)	(511)		(511)
Transferência para intangível em operação		443		443	(443)	
Amortização	(147)	(4.733)	(51.597)	(56.477)		(56.477)
Em 31 de dezembro de 2011	1.045	7.668	1.177.426	1.186.139	9.496	1.195.635
Custo total	3.627	65.030	1.831.939	1.900.596	9.496	1.910.092
Amortização acumulada	(2.582)	(57.362)	(654.513)	(714.457)	-	(714.457)
Valor residual	1.045	7.668	1.177.426	1.186.139	9.496	1.195.635
Taxas anuais de amortização (%)	6,7 e 5,0	20	Diversas			

(*) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

	Contratos de concessão										Total	
	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total em operação		Obras em andamento
Em 1º de janeiro de 2010	3.892	6.394	405	5.061	4.546	2.660	4.177	999.034	349	1.026.518	80.309	1.106.827
Aquisição	50			471	371	838	513	8.731	125	11.099	57.367	68.466
Baixa líquida	(2.051)	(81)		(108)	(4)	(8)	(16)	(33)		(2.301)		(2.301)
Transferência para intangível em operação		461		19.933		20		45.812		66.226	(66.226)	
Amortização		(472)	(31)	(3.381)	(1.695)	(425)	(1.156)	(42.944)	(201)	(50.305)		(50.305)
Em 31 de dezembro de 2010	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Custo total	1.891	29.669	9.914	106.148	20.170	9.829	10.051	1.465.302	1.179	1.654.153	71.450	1.725.603
Amortização acumulada		(23.367)	(9.540)	(84.172)	(16.952)	(6.744)	(6.533)	(454.702)	(906)	(602.916)		(602.916)
Valor residual	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Em 1º de janeiro de 2011	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Aquisição				1.479	822	412	1.264	11.042	69	15.088	91.759	106.847
Baixa líquida					(5)	(2)	(162)	(342)		(511)		(511)
Transferência para intangível em operação			637					52.446		53.083	(53.083)	
Amortização		(458)	(32)	(3.234)	(1.403)	(460)	(1.218)	(44.601)	(191)	(51.597)		(51.597)
Em 31 de dezembro de 2011	1.891	5.844	979	20.221	2.632	3.035	3.402	1.029.145	151	1.067.300	110.126	1.177.426
Custo total	1.891	29.669	10.551	107.627	20.987	10.239	11.153	1.528.448	1.248	1.721.813	110.126	1.831.939
Amortização acumulada		(23.825)	(9.572)	(87.406)	(18.355)	(7.204)	(7.751)	(499.303)	(1.097)	(654.513)		(654.513)
Valor residual	1.891	5.844	979	20.221	2.632	3.035	3.402	1.029.145	151	1.067.300	110.126	1.177.426
Taxas anuais de depreciação (%)		4	3,3 a 20	10 e 20	20	10	20	3,3	Diversas			

A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 7.885 (R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2010) à taxa média de 13,32% (11,35% em 31 de dezembro de 2010).

18. Diferido

	Conversão	Captação de clientes	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2010	115.437	125.172	265	240.874
Amortização	(22.515)	(20.092)	(110)	(42.717)
Em 31 de dezembro de 2010	92.922	105.080	155	198.157
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(144.797)	(95.840)	(954)	(241.591)
Valor residual	92.922	105.080	155	198.157
Em 1º de janeiro de 2011	92.922	105.080	155	198.157
Amortização	(21.940)	(20.052)	(87)	(42.079)
Em 31 de dezembro de 2011	70.982	85.028	68	156.078
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(166.737)	(115.892)	(1.041)	(283.670)
Valor residual	70.982	85.028	68	156.078
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

19. Fornecedores

	2011	2010
De gás	148.892	199.819
De materiais	7.137	10.833
De serviços	42.770	39.435
	198.799	250.087

20. Empréstimos e financiamentos

A Companhia tem como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de *swap* (Nota 4) são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente.

	2011	2010
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	216.541	210.283
Linhas de crédito	279.514	462.364
	496.055	672.647
Total do passivo		
Circulante	213.374	317.210
Não circulante – exigível a longo prazo	282.681	355.437
	496.055	672.647

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data. As operações com derivativos são ajustadas contabilmente com MTM (*mark-to-market*) dos mesmos.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	2011		2010	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco Itaú BBA S.A.		100%			13.106	
União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco		100%	18.712	16.667	54.094	33.333
Banco Bradesco S.A.		100%			16.447	
Banco Safra S.A.		100%			47.527	
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	21.286		29.760	20.800
Banco HSBC S.A.		100%	1.234	50.000	1.204	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	31.505		31.451	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		44.394	166.411	42.757	151.290
Banco Santander S.A.		100%	43.101		40.195	
Outros		100%	47.406	49.603	29.647	94.800
			207.638	282.681	306.188	350.223
(b) Em moeda estrangeira						
European Investment Bank – BEI	100%		5.736		10.489	5.214
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%				533	
			5.736		11.022	5.214
Total empréstimos e financiamentos (**)			213.374	282.681	317.210	355.437

(*) Fn – Financiamento, Lc – Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2011 com um custo médio de captação de 103,8 % do CDI (110,6 % - 31 de dezembro de 2010).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial e tem *swap* para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano e recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.
- (iii) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos – BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida da

libor mais 0,15% ao ano e tem *swap* para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, e têm, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 115,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2011	2010
2012		127.548
2013	163.098	156.586
2014	52.126	39.919
2015	41.714	29.508
2016	11.366	1.876
2017	9.080	
2018	5.297	
	<u>282.681</u>	<u>355.437</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 16.500 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

21. Tributos a recolher

	2011	2010
Imposto de renda a pagar	45.615	52.349
ICMS	16.792	15.789
PIS	1.230	1.314
COFINS	5.667	4.940
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (i)	8.410	17.853
Outros	7.254	7.908
	84.968	100.153
Circulante	(82.410)	(79.525)
Não circulante – Exigível a longo prazo	2.558	20.628

- (i) Em 2010, a Companhia confirmou a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e concluiu os estudos para a identificação dos tributos que estavam em discussão a fim de incluí-los no referido programa. A Companhia pretende pagar o referido montante em 11 parcelas mensais. Ver detalhes adicionais na Nota 25(a)(ii).

22. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.639	361.639	318.392	318.392
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(90.410)	(32.548)	(79.598)	(28.655)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	10.641	3.831	9.752	3.511
Adições Permanentes	(1.399)	(504)	(1.182)	(425)
Incentivos Fiscais	107		69	
Outros	239	71	6.093	2.086
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(80.822)	(29.150)	(64.866)	(23.483)
Alíquota efetiva	22%	8%	20%	7%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei n^{os} 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2011 e 2010, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,90
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações – Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	100,00

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 29 de abril de 2011 e 26 de abril de 2010, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 11.829 e R\$ 77.336, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

23.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Total		
Em 31 de dezembro de 2009	43.026	253.581	53.843	350.450	1.237	
Lucro líquido do exercício						230.043
Reserva legal	11.502			11.502		(11.502)
Perda atuarial de fundo de pensão						(21.700)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						7.379
Aumento de capital		(77.336)		(77.336)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2009			(53.843)	(53.843)		
Juros sobre o capital próprio – mínimo obrigatório						(29.648)
Dividendos propostos a aprovar			54.220	54.220		(54.220)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(14.321)	14.321
Reserva para investimentos futuros						
Efeito de mudança de prática contábil		86.866		86.866		(86.866)
Destinado a projeto de expansão		47.807		47.807		(47.807)
Em 31 de dezembro de 2010	54.528	310.918	54.220	419.666	(13.084)	
Lucro líquido do período						251.667
Reserva legal	12.584			12.584		(12.584)
Perda atuarial de fundo de pensão						(28.190)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						7.869
Aumento de capital		(11.830)		(11.830)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2010			(54.220)	(54.220)		
Juros sobre o capital próprio – mínimo obrigatório						(42.566)
Dividendos propostos – mínimo obrigatório						(17.205)
Dividendos propostos a aprovar			179.312	179.312		(179.312)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(20.321)	20.321
Em 31 de dezembro de 2011	67.112	299.088	179.312	545.512	(33.405)	-

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com a transferência de parte dos lucros para a reserva legal, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembléia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

No ano de 2010 foi constituída reserva de expansão no valor de R\$ 47,8 milhões, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões dos quais de R\$ 56,8 milhões foram aplicados

no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 45,5 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, no ano de 2011 não foi constituída a reserva de expansão.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2011	2010
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos (*)	251.667	230.043
Constituição da reserva legal	(12.584)	(11.502)
Ajustes acumulados de mudanças de práticas (*)		(99.949)
Base de cálculo dos dividendos	239.083	118.592
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	59.771	29.648
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	42.566	29.648
Dividendos – parcela do mínimo obrigatório	17.205	
Dividendos – parcela adicional proposta pela administração	179.312	54.220
Total	239.083	83.868
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	100,00	70,72

(*) Em 2010, foi procedido o reconhecimento, para fins de cálculo dos dividendos, dos efeitos acumulados das mudanças de práticas incluindo ajuste de exercícios anteriores, referentes ao ano de 2009, uma vez que, naquele exercício, a Companhia não tinha conhecimento dos seus efeitos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2011, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, que em 2010 foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$5.821 (R\$ 5.336 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, correspondentes a R\$ 3,453 por lote de mil ações, totalizando R\$ 179.312, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2012. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 54.220, representado por R\$ 1,044 por ação do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 53.843, representado por R\$ 1,037 por ação do capital social.

24. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2011, superávit acumulado de R\$ 59.647 (R\$ 78.548 em 31 de dezembro de 2010) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	2011	2010
Nº participantes GASIUUS:		
Ativos	85	99
Inativos	1.077	1.073
	1.162	1.172

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gásius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	2011	2010
Fundo de pensão (Gasius)	1.941	3.187
Assistência médica	3.237	2.480
	5.178	5.667

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2011	2010
Plano de benefícios – GASIUS	41.651	49.695
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.870	5.540
Prêmio aposentadoria	1.695	1.554
Assistência médica para aposentados	99.866	70.697
	149.082	127.486
Circulante	(11.054)	(9.610)
Não circulante	138.028	117.876

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	127.486	113.932
Custo do serviço corrente	1.226	(335)
Juros sobre obrigações atuariais	7.941	29.375
Rendimento esperado dos ativos do plano		(26.216)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	23.944	21.700
Benefícios pagos	(1.010)	(791)
Contribuições de patrocinadores	(4.067)	(5.667)
Pagamentos confissão de dívida	(9.970)	(9.350)
Juros confissão de dívida	3.532	4.838
Em 31 de dezembro	149.082	127.486

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2009	229.627	5.789	2.220	53.316
Custo do serviço corrente	(859)		47	477
Juros sobre obrigações atuariais	23.112	564	233	5.466
Contribuições participantes	1.889			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	45.668	(22)	(946)	13.918
Benefícios pagos	(20.675)	(791)		(2.480)
Em 31 de dezembro de 2010	278.762	5.540	1.554	70.697
Custo do serviço corrente	(622)		54	1.172
Juros sobre obrigações atuariais	28.857	559	155	8.827
Contribuições participantes	2.054			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	17.854	566	147	23.237
Benefícios pagos	(22.016)	(795)	(215)	(4.067)
Em 31 de dezembro de 2011	304.889	5.870	1.695	99.866

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2009	248.785	
Rendimento esperado	26.216	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	17.760	
Contribuições da patrocinadora	3.187	2.480
Contribuições dos participantes	1.889	
Benefícios pagos	(20.675)	(2.480)
Em 31 de dezembro de 2010	277.162	
Rendimento esperado	31.211	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(2.496)	
Contribuições da patrocinadora	11.883	4.067
Contribuições dos participantes	2.053	
Benefícios pagos	(22.016)	(4.067)
Em 31 de dezembro de 2011	297.797	

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	166.453
Fundos de investimento de renda fixa	54.916
Títulos privados	8.977
	230.346
Títulos de renda variável	45.043
Investimento imobiliário	16.621
Outros ativos	676
	292.686

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2011	2010
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	304.889	278.762
Valor justo dos ativos do plano	(297.797)	(277.162)
Déficit (superávit)	7.092	1.600
Limite assunção de dívida (*)	(7.092)	(1.600)
Assunção de dívida GASIUS	41.651	49.695
Passivo líquido	41.651	49.695

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão (“assunção de dívida”) presentemente reconhecida.

	2011	2010
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	5.870	5.540
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	1.695	1.554
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	99.866	70.697

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	2010				
	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(859)		47	477	(335)
Juros sobre obrigações atuariais	23.112	564	233	5.466	29.375
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.216)				(26.216)
	(3.963)	564	280	5.943	2.824
Resultado abrangente	8.750	(22)	(946)	13.918	21.700

	2011				
	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(622)		54	1.172	604
Juros sobre obrigações atuariais	(978)	559	155	8.827	8.563
	(1.600)	559	209	9.999	9.167
Resultado abrangente	5.046	476	262	22.406	28.190

Em 2011, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 9.167 (R\$ 2.824 em 2010). Deste valor, um total de R\$ 4.272 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 6.457 em 2010), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 4.895 em obrigações com fundo de pensão (R\$ 3.633 em 2010).

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2011 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão em 31 de dezembro de 2011 seria impactado em R\$ 13.143 (R\$ 35.800 em 31 de dezembro de 2010).

As principais premissas atuárias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto		5,6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos		6,9% a.a.
Crescimentos salariais futuros		2,1% a.a.
Inflação		5,5 a.a.
Fator de capacidade		
Salários		98%
Benefícios		98%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade		AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos		IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez		Álvaro Vindas

25. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2011	2010
Tributárias	9.366	14.112
Trabalhistas	33.422	36.612
Cíveis	14.727	16.202
	57.515	66.926

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	66.926
Adições	13.740
Baixas/reversões	(29.497)
Atualizações monetárias	6.346
Saldo em 31 de dezembro de 2011	57.515

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, à CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 7.551 (R\$ 6.807 em 31 de dezembro de 2010) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 15(c)).

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2011	2010
Esfera		
Estadual	1.717	2.765
Federal	7.649	11.347
	9.366	14.112

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis e prováveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 43.994 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 67.246 em 31 de dezembro de 2010).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 11.183 (R\$ 10.337 em 31 de dezembro de 2010).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 6.805 (R\$ 6.472 em 31 de dezembro de 2010).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 9.460 (R\$ 8.938 em 31 de dezembro de 2010).

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro – DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2011, seria de R\$ 341.638 (R\$ 325.096 em 31 de dezembro de 2010) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal – STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, está registrado em “Tributos a Recolher” na rubrica “Programa de Recuperação Fiscal – REFIS” (Nota 21) e o respectivo ativo, no montante de R\$ 17.242 em 31 de dezembro de 2011, relativo aos valores recolhidos a maior está registrado na conta “Tributos a Recuperar” (Nota 10), atualizados com base na variação da Taxa Referencial de Juros – TR.

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2011	2010
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	197	235
Ex-empregados terceiros	1.651	1.467
Outros (Ministério Público, INSS)	32	32
	1.880	1.734

O saldo das provisões para processos trabalhistas diminuiu de R\$ 36.612 de dezembro de 2010 para R\$ 33.422 em 31 de dezembro de 2011 (decréscimo de 8,71%). Esta diminuição deve-se a reavaliação de processos e mudança de risco.

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2011	2010
Ex-empregados CEG	7.633	9.916
Ex-empregados terceiros	25.789	26.696
	<u>33.422</u>	<u>36.612</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam R\$ 53.462 (R\$ 25.358 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 3.039, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável que não apresentam individualmente relevância, estas montam o valor de R\$ 11.688.

26. Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termelétrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Margem por segmento 2011								
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	Total
Volumes m ³ mil (Não auditada)	114.943	83.505	778.946	645.562	796.230			2.419.186
Receita Bruta	527.492	237.002	807.747	293.383	832.264	88.765	32.055	2.818.708
Deduções	(112.697)	(49.667)	(165.970)	(1.485)	(180.132)		(4.704)	(514.655)
Receita Líquida	414.795	187.335	641.777	291.898	652.132	88.765	27.351	2.304.053
Custo	(65.282)	(50.943)	(504.442)	(256.879)	(550.552)	(88.765)	(6.819)	(1.523.682)
Resultado Bruto	349.513	136.392	137.335	35.019	101.580		20.532	780.371
Despesas/Receitas Operacionais								(418.732)
Resultado antes da Tributação								361.639
Provisão p/IR e Contribuição social								(109.972)
Lucro líquido do exercício								251.667

Margem por segmento 2010								
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	Total
Volumes m ³ mil (Não revisado)	110.264	77.471	778.688	1.354.167	800.734			3.121.324
Receita Bruta	444.711	198.954	759.407	467.493	783.073	58.146	21.922	2.733.706
Deduções	(95.827)	(42.381)	(157.030)	(2.329)	(169.472)		(3.022)	(470.061)
Receita Líquida	348.884	156.573	602.377	465.164	613.601	58.146	18.900	2.263.645
Custo	(53.175)	(40.617)	(480.197)	(421.289)	(531.679)	(58.146)	(3.908)	(1.589.011)
Resultado Bruto	295.709	115.956	122.180	43.875	81.922		14.992	674.634
Despesas/Receitas Operacionais								(356.242)
Resultado antes da Tributação								318.392
Provisão p/IR e Contribuição social								(88.349)
Lucro líquido do exercício								230.043

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Receitas de serviços	23.254	18.781
Receitas de serviços taxados	2.429	2.688
Receita de alugueis	397	453
Receita de MRV (Nota 27.2)	5.975	
	32.055	21.922

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

27. Compromissos e contingências

27.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional (“CONTRATO”), assinado em 18 de julho de 2008. Este CONTRATO garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 5,33 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC), quantidade essa a ser incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 6,55 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC – compromisso Take

or Pay no ano de 2010, 82% da QDC nos anos de 2011 e 2012 e 80% nos anos de 2013 e 2014. Os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Em 9 de setembro de 2011 foi celebrado o termo aditivo nº 7 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2016; (ii) redução das quantidades diárias contratuais – QDC’s para o período de prorrogação; (iii) extinção da modalidade Firme-Flexível.

Desta forma, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de *Take or Pay*, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contrapartida a Petrobras estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com *Take or Pay* de 80%. Embora os valores pagos a título de *Take or Pay* possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação, não há previsão de pagamento de TOP para o ano de 2011.

27.2 Realocação de volumes

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, em 13 de janeiro de 2011 autorizou, por meio da Deliberação nº672, as concessionárias CEG e CEG RIO a utilizarem o Mecanismo de Realocação de Valores

(MRV) para os excedentes dos volumes adquiridos de Curto Prazo de uma concessionária para outra.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, como previsto no ofício SEDEIS de 12 de janeiro de 2011, determinou que os excedentes de curto prazo fossem alocados respectivamente e nessa ordem: para o setor de vidros planos, setor de matéria prima e para o de GNV. Para os dois primeiros setores, o excedente de curto prazo alocado não poderá ultrapassar 50% do seu consumo mensal, enquanto que para o GNV será alocado o excedente que por ventura sobrar após o atendimento dos setores de vidro plano e de matéria prima.

Desta forma, a Companhia vem aplicando o MRV para os excedentes de curto prazo, visando à mitigação de riscos na aquisição de volumes de gás natural na modalidade de Leilão de Curto Prazo, pois as vendas de longo prazo podem ser inferiores ao volume estimado no momento da contratação da compra de curto prazo.

27.3 Compromisso com Poder Concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão, nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, a Agência Reguladora deliberou a implementação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia em 2007, prevendo o prazo de conclusão até 2012, tendo sido apresentado pela Companhia, em novembro de 2009, um “Estudo Básico de Expansão de Rede”.

O município de Guapimirim já está sendo atendido com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento do compromisso assumido em 2004. Não obstante, encontra-se em estudo a expansão do atual abastecimento, através de rede em MP/BP (Média Pressão/Baixa Pressão), estando prevista sua execução até o final de 2012, além disso, está sendo avaliada a ampliação do sistema de distribuição através de GNC (Gás Natural Comprimido), nos termos do “Estudo Básico de Expansão de Rede” enviado à AGENERSA e ao Estado em novembro de 2009.

No que se refere aos Municípios de Mangaratiba e Maricá, incluídos no Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 2005, nos termos do “Estudo Básico de Expansão de Rede” enviado à AGENERSA e ao Estado em novembro de 2009, encontra-se em estudo o abastecimento do Município de Mangaratiba através de GNC (Gás Natural Comprimido), com previsão de finalização até o final do ano de 2012 e com relação ao município de Maricá, ainda encontra-se em estudo o abastecimento através de rede de PE (Polietileno) em média pressão, que não chegou a ser concluído no ano de 2011, sendo certo que o Município já vem sendo atendido através de GNC (Gás Natural Comprimido).

27.4 Revisão tarifária – ativo regulatório

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 30 de abril de 2009, foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária,

no julgamento realizado na 5ª Sessão Regulatória ano 2009, na AGENERSA, quando, através da Deliberação AGENERSA nº 371, foi deliberado um incremento de 11,32% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres.

Esta decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade, razão pela qual este pleito foi assunto de recurso. Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado a medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

27.5 Termo de compromisso

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja

lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

27.6 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

28. Serviços e outros gastos gerais

	2011	2010
Serviços de manutenção	19.081	16.653
Serviço de profissionais independentes e contratados	78.542	79.360
Gastos gerais de escritório	2.968	2.846
Viagens e estadas	3.107	1.578
Aluguéis	2.143	1.791
Propaganda e publicidade	9.455	5.696
Despesas empresas do grupo	8.742	7.787
Perdas e recuperação de créditos	11.688	7.086
Provisões (reversões de provisões)	(15.319)	14.556
	120.407	137.353

29. Outras despesas (receitas) líquidas

	2011	2010
Ganho na venda de equipamentos	9	103
Impostos e taxas	(16.456)	(13.738)
Ganhos na alienação de intangível	(285)	8.409
Ganho processo CEDAE (Nota 13 (ii))		58.000
Indenização a terceiros	(9.397)	(6.612)
Despesa com impostos	(4.846)	(2.232)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.373)	4.507
	(34.348)	48.437

30. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	5.421	3.048
Atualizações monetárias e cambiais ativas	7.805	7.718
Receita de juros e encargos	17.757	7.298
Outras receitas financeiras	1.921	1.516
	32.904	19.580
Despesas financeiras		
Comissões	(509)	(459)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(70.415)	(72.339)
IOF	(1.988)	(3.107)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(9.099)	(11.157)
Fiança bancária	(15.313)	(10.953)
Outras despesas financeiras	(3.166)	(3.825)
	(100.490)	(101.840)
	(67.586)	(82.260)

31. Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998.

Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada continua, sendo que, no caso de decisão favorável à Companhia, a mesma deixará de efetuar os pagamentos vincendos a partir da decisão, sendo certo que não exigirá reembolso pelos valores efetivamente pagos.

32. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	333.800
Responsabilidade civil geral (*)	169.900
Responsabilidade civil – administradores – Diretores e dirigentes	3.708

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.